



UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BAIRRO DE BODOCONGÓ EM CAMPINA GRANDE-PB

Juliana Nóbrega de Almeida

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB

Resumo

Bodocongó possui uma história singular em Campina Grande-PB, pois foi considerado por várias décadas como um bairro fabril, consolidado pelas antigas fábricas que surgiram em 1923, dando origem a um espaço industrial. Os pais e avôs dos atuais alunos/as da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vivenciaram e construíram a história de Bodocongó, pois trabalhavam nas antigas fábricas, curtumes e matadouro deste bairro que, havia em Bodocongó, no momento em que ele era considerado como bairro fabril. A relação atual dos moradores de Bodocongó com o bairro foi transformada. Os antigos trabalhadores/moradores guardam na memória um conjunto de informações e impressões essenciais para a reconstrução da história do bairro. Para os antigos trabalhadores fabris, os jovens trabalhadores do bairro possuem um novo modo de vida, justamente devido ao declínio das fábricas e hoje a inexistência de empregos para dar conta da oferta de mão de obra.

A reestruturação produtiva suscitou a redução de empregos nas poucas fábricas que resistiram ao tempo e, por isso, não podemos mais considerá-lo como bairro fabril, pois a maioria das fábricas e dos curtumes que originaram a sua identidade faliu, destruindo uma grande quantidade de postos de trabalho, fazendo com que a antiga “segurança” de assalariamento fabril deixasse de ser uma realidade. A falência do motor fabril ocasionou a perda da identidade, focada pelo trabalho dos seus moradores com o território da cidade de Campina Grande. Hoje Bodocongó não é mais um bairro industrial, a sua identidade está relacionada à função residencial e de serviços.

Para inserirmos em nossa discussão o universo educacional da EJA foi necessário conhecer como esta modalidade está regulamentada e quais foram os principais movimentos que buscaram a escolarização para a classe trabalhadora que não teve acesso à escola no Brasil. A educação formal foi um processo esporadicamente interrompido pelos/as alunos/as trabalhadores/as da EJA provocado pela necessidade imposta pela própria sobrevivência material e familiar. Estes/as alunos/as trabalhadores/as fazem parte de uma totalidade de homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção. Com a EJA está sendo saldada uma dívida

social que o Estado possui com os jovens e adultos não escolarizados, porém o modelo atual de educação oferecida nas escolas geridas pelo Estado não está formando cidadãos críticos e ativos na sociedade, tendo em vista que o verdadeiro objetivo desta instituição é reproduzir uma escolarização alienada que atenda ao capital.

O pensamento de Ventura (2010) aprofunda essa discussão, uma vez que as diferentes iniciativas voltadas para a EJA ao longo de sua história, apontam para a continuidade da lógica de conformação da ordem social capitalista marcada pela naturalização das desigualdades por meio de políticas de integração dos pobres à sociedade (com as adequações de cada período histórico) têm favorecido a acumulação capitalista, sobretudo ao servir como forma de apaziguamento social.

A história da EJA não ocorreu separada da história social do trabalho no Brasil, exatamente porque essa modalidade atende à classe trabalhadora que historicamente esteve destituída de vários direitos, inclusive da educação formal. Com os/as alunos/as trabalhadores/as de Bodocongó isso não foi diferente, pois convém pensarmos que o trabalho que esses/as alunos/as realizam os desumanizam devido à limitação que o capital impõe em suas vidas. Ao buscarmos entender o trabalho, deparamo-nos com um exercício complexo e que demanda uma grande reflexão, uma vez que existem vários significados para o trabalho, mas gostaríamos de deixar claro que o trabalho a que nos referimos é o trabalho como ação social, pois é por ele que ocorre a produção e reprodução da existência humana.

O conceito de trabalho que fundamenta a nossa pesquisa foi destacado por Frigotto (2004, p.14) nós mostrando que a concepção capitalista de trabalho reduz esta ação a uma coisa, a objeto, a uma mercadoria, perdendo-se a compreensão do trabalho como uma relação social fundamental que define o modo humano de existência, e que, enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder à reprodução do mundo da necessidade, justamente porque envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer, etc. do mundo da liberdade.

Ao buscar apreender os sentidos do trabalho, deparamo-nos com um exercício extremamente complexo, pois o trabalho possui múltiplas significações, relacionadas ao grau de abstração. Um dos pensadores mais reconhecidos no debate sobre o significado histórico e social do trabalho é Marx (1988, p.66), para quem “o trabalho ou capacidade de trabalho mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual em média, todo o homem comum, sem educação especial possui, em seu organismo”. Este trabalho mencionado por Marx é representado pela força física, ou seja, pela força corporal que todos os indivíduos possuem e, como o autor coloca, independe do seu grau educacional. O mesmo autor reitera que “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do

processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 1988, p. 211-212).

O ato de trabalhar, ou seja, de transformar o espaço/natureza é uma das ações que distingue o ser humano dos outros animais. Dessa forma, a reprodução social do trabalho é realizada pelo homem inicialmente pela idealização. Ou seja, parte-se de um pensamento que possui um objetivo, como por exemplo, trabalhar para procurar seu alimento, ou construir ferramentas que possam servir de defesa para o homem. Após a realização do trabalho, a transformação da ideia passa a ser algo concreto, materializado, já que primeiro a ideia é pensada e depois passa a ser executada.

O trabalho em seu processo histórico fez com que o ser social começasse a produzir seus próprios meios de sobrevivência, pois o trabalho é marcado pela atuação do homem sobre a natureza e, dessa forma, ele passa a dar a sua resposta. Deste modo, o trabalho propiciou que os seres humanos reproduzissem a sua existência, fazendo-os possuidores de relações sociais, produzindo objetos que são previamente idealizados em resposta às exigências e necessidades de sua sobrevivência.

Oliveira (2009) segue as ideias de Marx ao afirmar que “o homem não é algo dado, acabado, pois ele produz-se a si mesmo e, ao fazê-lo, se determina como um ser em transformação, como o ser da práxis”. A práxis mencionada por Marx demonstra que o ser humano está em permanente construção e aprendizagem, pois sua relação enquanto ser social é efetivada pelo ato de trabalhar que o faz produtor do seu espaço e do seu tempo.

O ato de trabalhar é uma das principais características do ser humano, pois esta é uma das diferenças existentes entre o homem e os outros animais. No modelo capitalista de produção, o trabalho se transforma em mercadoria, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho (produtivo ou improdutivo) em troca de um salário, para sobreviver. A maioria dos/as alunos/as trabalhadores/as da Escola Professor Itan Pereira está inserida no mercado de trabalho informal¹, não possuindo vínculo de trabalho, nem seus direitos garantidos. Isso nos faz refletir que o fenômeno da informalidade leva esses sujeitos a buscar conciliar o binômio escola/trabalho com intenção de superar sua condição de excluído do sistema educacional e de trabalhador informal.

Gonçalves (2002, p.03) afirma que “o trabalho informal proporciona a manutenção de certa ordem social, que poderia vir a ser desfeita pela pressão dos que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal”. O mesmo autor traz ainda que o setor informal reforça a pressão dos que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal, e que sem a oportunidade de encontrar emprego

¹ Segundo Tavares (2006), trabalho informal é comumente identificado assim numa economia inteiramente dominada pelo capital. Para ser valor de troca, o trabalho informal é subordinado à relação capital.

poderiam vir a se rebelar. O trabalho informal que os/as alunos/as trabalhadores/as da EJA realizam também é um trabalho precarizado. A precarização é uma das formas mais complexas do trabalho, pois provoca a submissão do trabalhador, reforçando a exploração do homem pelo homem e do seu potencial criativo humano.

Parafraseando o pensamento de Alves (2007), o trabalho precarizado se torna mais intenso com a reestruturação produtiva obrigando os/as trabalhadores/as a se submeterem à nova inserção no mercado de trabalho e também aos novos processos de aprendizagem que exigem o aumento da escolarização para adquirir nova qualificação para o trabalho. O Estado está promovendo a ampliação de vagas para a escolarização da classe trabalhadora que não teve oportunidade de se escolarizar. O poder público possui políticas públicas efetivas que possam atuar na construção educacional dos/as alunos/as trabalhadores/as da EJA, entretanto na prática nem sempre as políticas públicas para a EJA são colocadas em prática, por isso é necessário que o Estado e os educadores busquem fazer com que a educação na EJA possa envolver a dimensão humana para ressignificar e orientar os caminhos trilhados pelos/as alunos/as trabalhadores/as.

A escola é um espaço que materializa a busca pela educação. A presença da educação é relevante para o sucesso de qualquer projeto social do país, pois é pela educação que poderemos construir uma consciência crítica e cidadã, onde os/as alunos/as poderão pensar na sociedade de forma coletiva, proporcionando subsídios para que a sociedade possa vencer as barreiras da exclusão social, do desemprego e da desumanização.

O papel da escola é fazer com que os/as alunos/as conheçam, estudem, analisem e entendam o mundo com toda a sua diversidade. Entretanto, a educação que é transmitida nas escolas necessita de mudanças, pois o Estado ao invés de proporcionar uma verdadeira aprendizagem acaba reproduzindo no espaço escolar as ideias capitalistas; e assim a escola deixa de cumprir seu papel social. Gramsci (2001) mostra que na escola em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção de vida, verifica-se um processo de degenerescência: as escolas estão preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, que predominam no capitalismo.

A posição de Gramsci nos levam a refletir que a educação deve ser um bem comum, independente de classes sociais. Para isso a escola exerce um papel de extrema relevância, pois é pela formação educacional que poderemos proporcionar a redução dos contrastes sociais do país. A escola passa a ser uma peça indispensável para a/na transformação social da nação, na modalidade da EJA mais ainda, pois muitos/as alunos/as trabalhadores/as foram forçados a abandonar a escola devido ao trabalho e por isso a escola lhes foi negada.

A educação brasileira, principalmente para as pessoas adultas, torna-se oficial apenas em 1945, com a aprovação do Decreto nº 19. 513, de 25 de agosto. A

partir dessa década surgem novos projetos e campanhas lançadas com o intuito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação. Paiva (2006) destaca dentre os programas criados para atender à população de jovens e adultos: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); Movimento de Educação de Base (MEB); Centros Populares de Cultura (CPC); Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler (CPCTAL); Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Haddad (1983, p.10) mostra que A educação da EJA é destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não logrando alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos correspondentes aos primeiros anos do curso elementar.

Ao fazermos referência à classe trabalhadora e à EJA, Ventura (2010, p.10) pondera: A EJA é uma educação da classe trabalhadora, sobretudo porque representa uma expressiva parcela de indivíduos que, mesmo possuindo as mais diversas e diferentes experiências de vida (mulheres, negros, homossexuais, jovens, etc.), têm a existência marcada por situações adversas de produção da própria existência, sujeitando-se à venda em condições cada vez mais precárias de sua força de trabalho.

As considerações de Ventura sobre os/as alunos/as trabalhadores/as da EJA não podem ser desprezadas. É importante compreendermos a heterogeneidade e especificidades dos/as alunos/as da EJA, pois suas vidas são marcadas pela necessidade de trabalhar para sobreviver. Para Siqueira (2004), o fato destes/as alunos/as terem que trabalhar e estudar faz com que eles/as não conciliem ambas as atividades, repercutindo nos seus estudos:

Nossa pesquisa constatou que 46% dos/as alunos/as da EJA da Escola Professor Itan Pereira em Bodocongó são responsáveis financeiramente por suas famílias. Isso coloca esses/as alunos/as em situações muito mais complicadas na hora de conciliar as atitudes daqueles que trabalham para complementar a renda familiar, e para aqueles/as que são totalmente responsáveis por suas famílias. A maioria dos/as alunos/as que retornaram à escola por meio da EJA tinha a intenção de conseguir um emprego melhor, representando 39% dos/as aluno/as e conseguir um futuro melhor 35%.

O desemprego é um fenômeno que assola o mundo inteiro e muitos desses/as alunos/as trabalhadores/as que estão empregados realizam trabalhos precarizados. Por isso eles almejam concluir a Formação Básica Escolar, para conseguir um novo trabalho e receber um salário melhor, uma vez que a alfabetização não é mais suficiente hoje para se inserir no mercado de trabalho, visto que a escolaridade mínima exigida para muitos postos de trabalhos é a Educação Básica. Este é um exemplo que proporciona o retorno de muitos desses/as alunos/as à escola, como aponta o gráfico.

De acordo com Paiva (2002) existe uma visão ainda muito corrente de que a Educação de Jovens e Adultos se faz para recuperar o tempo perdido, passando pelo resgate da dívida social; até chegar à concepção de direito à educação para todos e do aprender por toda a vida, as enunciações variaram, deixando, no imaginário social, a sua marca mais forte, ligada à volta à escola, para fazer, no tempo presente, o que não foi feito no tempo da infância (p. 06).

Os/As alunos/as da EJA da escola pesquisada são conhecedores da importância da educação escolar em suas vidas e enfrentam o curto tempo das aulas, e até mesmo a violência que assola o trajeto de suas casas até a escola, para serem escolarizados/as almejando conseguir melhorar de vida, de trabalho e de nível escolar. De acordo com os relatos dos/as alunos/as, a rapidez com que eles/as se escolarizam, apresenta-se como um ponto negativo já que muitos conteúdos não são transmitidos pelos professores ou são visto de forma incompleta.

Vimos que 86% dos/as alunos/as que buscam a escolarização pela EJA o fazem porque esta é a forma mais rápida de concluir a Educação Básica, por isso a agilidade em concluir os estudos é o motivo que os levam a cursar esta modalidade, e ao concluir a EJA buscarão fazer concursos e vestibulares (53%). Para que consigam ser aprovados num concurso público ou no vestibular, os/as alunos/as trabalhadores/as sabem que a EJA irá ajudá-los bem menos do que eles precisam, sendo necessário realizar cursos preparatórios para este fim ou estudar por conta própria os conteúdos que não são vistos na escola. O principal motivo que levaram os alunos a se evadirem dos estudos foi a dificuldade em conciliar escola e trabalho. Destacamos que o número de alunos/as que já abandonaram a escola é elevado, pois a desistência escolar atingiu 80% dos/as alunos/as. Apenas 20% dos entrevistados nunca se evadiram da escola e estes alunos/as estão matriculados na EJA devido retenção ou por terem ingressado na escola tardiamente.

Preste (1999, p.166) destaca que “o trabalho deveria ser um princípio educativo, uma fonte de conhecimento, gerando novas práticas sociais e para os grupos excluídos aproximando-os da educação popular”. O pensamento da autora nos faz refletir que o mundo do trabalho é dissociado da educação. A necessidade de trabalhar é imposta sobre a de ser educado. Com as jornadas de trabalho exaustivas é reduzido o espaço para estudar, afastando os/as alunos/as trabalhadores/as da EJA ainda mais do princípio educativo. O motivo que levou os alunos/as trabalhadores/as da EJA a se afastarem da escola foi provocado pelo trabalho e isso foi apontado por 68% dos alunos/as que não conseguiram conciliar a escola e o trabalho.

Mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Conselho Nacional de Educação tracem metas e objetivos para serem alcançados com a EJA, muitas coisas ainda estão longe de serem realizadas, pois o interesse não é algo exposto por todos os agentes responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos. Muitos/as alunos/as trabalhadores/as da escola pesquisada afirmaram que existem pessoas

compromissadas com essa educação, mas também existem professores que não a vêem como prioridade, o que fragiliza a EJA ainda mais. Os/As alunos/as trabalhadores/as perdem com isso, pois seus direitos não são respeitados. Paulo Freire (2005), em sua obra *Educação e mudança*, levanta uma indagação a respeito da educação, mostrando que não é possível fazer uma reflexão do seu significado sem pensar sobre o próprio homem.

Gorz (1996, p.2002) defende que “é preciso reconhecer o direito de todos os trabalhadores/as jovens ou adultos, não apenas de utilizar a escola, mas também de construir para transformá-la, revolucioná-la e geri-la”. Todos têm direito à escolarização independente da sua idade, não apenas como uma exigência do mundo do trabalho, mas para construir a sociedade necessária para a transformação social.

A acumulação e reprodução do capital fizeram com que, no decorrer dos 50 anos, já que a primeira escola neste bairro foi fundada em 1960 e os moradores passaram mais de trinta anos sem um espaço destinado a educação formal. A educação formal em Bodocongó, sempre foi direcionada para a mão de obra com o intuito de atender as demandas inicialmente da expansão das indústrias do bairro. A educação ocorreu em Bodocongó para dar conta das demandas do processo da reestruturação produtiva em curso onde a expansão da escolarização foi promovida pelos próprios donos das fábricas. Na realidade a reestruturação produtiva hoje tem modificado significativamente a vida do bairro, gerando por um lado um alto índice de desemprego e, por outro, gerando um reduzido número de emprego das indústrias que passaram a exigir um nível de formação escolar maior dos/as trabalhadores/as.

Para conhecermos como se apresenta a situação empregatícia dos/as alunos/as trabalhadores/as da EJA da escola pesquisada, o questionário mostrou que 33% não possuem vínculo de trabalho, ou seja, seu enquadramento funcional não é garantido e seguro, pois, são considerados sem contrato em carteira; 31% possuem a carteira de trabalho assinada; 14% são autônomos, ou seja, trabalham por conta própria; 6% são diaristas trabalhando por dia e de acordo com a demanda dos seus serviços; 16% realizam os conhecidos bicos, um trabalho que não possui vínculo, nem contrato; geralmente esse trabalhador realiza várias atividades, mas não possuem uma qualificação maior em nenhuma delas, é um trabalho incerto, onde o seu salário é pago de acordo com a complexidade da atividade realizada.

Percebemos que os/as alunos/as trabalhadores/as se enquadram no trabalho informal caracterizado por Beltrão (2009, p.29) há várias formas de trabalho na informalidade, como o trabalho autônomo; o trabalho por conta própria; o trabalho temporário; e os trabalhos terceirizados que encobrem o caráter subordinado do trabalho informal aos setores dinâmicos da economia e, conseqüentemente, ao processo de acumulação capitalista. A falta de um contrato de trabalho, ou de um contrato que proteja totalmente o trabalhador, é

considerada uma afronta à cidadania social. Sendo assim, o trabalhador informal deixa de ser visto como sujeito de direitos.

Concordamos com Beltrão que o trabalho informal torna o trabalhador submisso. O percentual de trabalhadores informais entre os/as alunos/as trabalhadores/as da EJA é muito expressivo, pois, devido ao desemprego e pela falta de opção de trabalho, esta é a alternativa que muitos/as deles/as possuem para conseguir uma renda, e por isso aceitam esse tipo de trabalho.

Apenas 31% dos/as alunos/as trabalhadores/as da EJA se encontram no mercado formal de trabalho e os de mais 69% realizam algum tipo de trabalho relacionado com a informalidade, como: autônomo, diarista, bico, contrato sem carteira assinada. Percebemos que o número de alunos/as trabalhadores/as que estão inseridos no mundo do trabalho formal é pequeno, sendo esta uma das principais mudanças das relações de trabalho atuais em Bodocongó, pois até a década de 1990, com o Pólo Fabril, o número de trabalhadores/as formais neste bairro era bem maior do que atualmente. No gráfico abaixo vemos o enquadramento funcional dos/as alunos/as trabalhadores/as da EJA. 80% das famílias possuem uma renda mensal de até dois salários mínimos², confirmando assim a forma de assalariamento

As questões que geraram o debate aqui resumido nos ajudaram a entender a relação entre a escola/educação e o trabalho vivenciada pelos/as alunos/as trabalhadores/as da EJA da Escola Professor Itan Pereira em Campina Grande-PB, no bairro de Bodocongó. Todavia, é importante dizermos que não podemos considerar que a reinserção na escola para os/as alunos/as da EJA represente uma resposta possível às necessidades postas pela atual crise vivida no mundo do trabalho, a qual é determinada para esses/as alunos/as trabalhadores/as que buscam possuir o direito à educação escolar básica.

Silva (2006, p.134) aponta que “o papel da educação é importante para no processo da democratização da cultura, principalmente porque fazemos parte de uma sociedade e de um sistema educacional bastante elitista, celetista e excludente”. Diante do exposto a escola como instituição social está inserida dentro do sistema capitalista que precisa superar a visão classista, que acaba excluindo a classe trabalhadora, que busca conquistar seu espaço. Destacamos, por fim, que é necessário uma transformação no modelo de educação, pois é preciso romper com o pensamento “bancário” que a educação serve apenas para depositar e transferir conhecimentos; a educação vai, além disso, e na EJA ainda mais, pois esta modalidade se inscreve no universo de educação popular, onde o ato de educar é um processo mais amplo que envolve a dimensão humana e a troca de diálogos.

² Atualmente o salário mínimo é de R\$ 510,00 reais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensão da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Editora Práxis, 2007.
- BELTRÃO, Myriam Matsuo Affonso. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2009.
- BRASIL, **Conselho Nacional de Educação 11/2000**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases**. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMES, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2004.
- GONÇALVES, [Marcelino Andrade e](#) THOMAZ Jr, Antonio. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição à Geografia do Trabalho. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, vol. VI, núm. 119 (31), 1 ago. 2002
- GORZ, André. **Crítica à divisão do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Martins fontes, 1996.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. 1991. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 1991.
- MARX, Karl (1818-1883) **O Capital**: Crítica da Economia Política. Tradução: Regis Barbosa. Vol. 3. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Coleção Os Economistas)
- PAIVA, J. **Proposições Curriculares na Educação de Jovens e Adultos**: processos de formação continuada de professores como metodologia de pesquisa. In: ANPEDE. 25ª Reunião Anula. Caxambu, out. 2002.
- PRAZERES, Flávio. **História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/humanities/1780318-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-jovens-adultos/> Consultado em: 19.07.2009.
- PRESTE, Emília Maria Trindade. Políticas educacionais para o trabalho em contextos populares. In: **Educação Popular, Outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

OLIVEIRA, Maria Suzie de. **Algumas considerações sobre a educação concebida por Karl Marx.** *Revista de Educação Educare et Educare* Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009

SILVA, Marcelo Medeiros da. **Falando de Leitura, Poesia e Amor com alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos.** 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFCG, Campina Grande, 2006.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **As singularidades do bairro na realização da cidade:** um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre em João Pessoa-PB. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - USP, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária.** 4. ed. Campinas: Atual, 1987.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal deslocado da economia para a assistência social. **Revista Trabalho Necessário.** UFF, ano 4, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Maria%20Augusta%20TN4.htm>>

VENTURA, Jaqueline P. **As relações entre trabalho e Educação de Jovens e Adultos:** elementos para a reflexão sobre a perspectiva conformadora e o potencial emancipador. I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos. UFPB, jul. 2010.